

Política de Gestão de Liquidez

Junho de 2024



Santander Carteira Alternativa – Fundo de Investimento
Alternativo Mobiliário Aberto

ÍNDICE

I. Disposições Gerais	3
1. Introdução e objeto	3
2. Enquadramento legal e regulamentar	3
3. Princípios	4
3.1 Coerência da gestão de liquidez do OIC	4
3.2 Adequação dos mecanismos de gestão de liquidez do OIC	4
3.3 Gestão sã e prudente do OIC	5
3.4 Atualidade e coerência	5
II. Mecanismos de gestão de liquidez do OIC	5
4. Mecanismos de gestão de liquidez selecionados para o OIC	5
5. Mecanismos de gestão de liquidez do OIC de utilização exclusiva em circunstâncias excepcionais	6
6. Reforço dos mecanismos de gestão de liquidez do OIC	7
III. Ativação e desativação dos mecanismos de gestão de liquidez	7
7. Critérios gerais	7
8. Critérios específicos	8
9. Competência	8
10. Capacidade operacional	8
11. Deveres de informação	8
IV. Impacto da Política na governação em geral	9
12. Aprovação pelo órgão de administração	9
13. Articulação com o sistema de gestão do risco de liquidez	9
V. Conflito de interesses	9
VI. Conservação de documentos	10
VII. Disposições finais	10
14. Aprovação, fiscalização e revisão	10
15. Publicação	10
16. Controlo de Versões	10

I. Disposições Gerais

1. Introdução e objeto

O **Santander Carteira Alternativa – Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto**, adiante designado por “OIC”, “OIA” ou apenas “Fundo” é um Organismo de Investimento Alternativo (OIA) Aberto, cuja constituição foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”) em 30 de Março de 2004, por tempo indeterminado e constituído em 20 de Maio de 2004, encontrando-se registado sob o número 719, representado, gerido e administrado pela **Santander Asset Management – SGOIC, S.A.** (adiante “**sociedade Gestora**” ou “**SAM**”).

Com o propósito de dar a conhecer os compromissos estabelecidos e a abordagem por si realizada relativamente à utilização dos mecanismos de gestão de liquidez do OIC, a **sociedade gestora** adotou a presente Política de Gestão de Liquidez (adiante a “Política”). Esta Política vincula o OIC, bem como a respetiva Sociedade Gestora.

Os mecanismos de gestão de liquidez do OIC configuram medidas para assegurar uma resposta especificamente dirigida à gestão do risco de liquidez do OIC, com o objetivo de proteger os investidores. O OIC dispõe de mecanismos de gestão de liquidez, tanto para a gestão quotidiana da liquidez, como para utilização em condições de tensão nos mercados.

A presente Política descreve os critérios de ativação e desativação dos mecanismos de gestão de liquidez do OIC e os mecanismos operacionais e administrativos para a sua utilização, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 50.º, n.º 6 do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, de 29 de dezembro, que estabelece a Regulamentação do Regime da Gestão de Ativos, conforme alterado pela Declaração de Retificação n.º 176/2024/2 (“RRGA”).

As regras previstas na presente Política são aplicáveis no exercício das funções da **sociedade gestora** respeitantes à gestão de risco de liquidez do Fundo identificado, mas devem ser complementadas através da Política de Gestão de Riscos e da Política de Resgates.

2. Enquadramento legal e regulamentar

A presente Política foi elaborada tendo por referência o quadro regulatório em vigor e, particularmente, o disposto nas seguintes fontes legais e regulamentares, nacionais e europeias:

- Regime da Gestão de Ativos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 27/2023, de 28 de abril (“RGA”);
- Regulamento da CMVM n.º 7/2023 (RRGA);
- Diretiva 2011/61/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2011, relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos (“AIFMD”);
- Diretiva (UE) 2024/927 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2024, que altera as Diretivas 2011/61/UE e 2009/65/CE no que diz respeito aos acordos de delegação, à gestão do risco de liquidez, à comunicação de informações para fins de supervisão, à prestação de serviços de depositário e de custódia e à concessão de empréstimos por fundos de investimento alternativos (“AIFMD II/UCITS VI”);
- Regulamento Delegado (UE) n.º 231/2013 da Comissão, de 19 de dezembro de 2012, que complementa a Diretiva 2011/61/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz

respeito às isenções, condições gerais de funcionamento, depositários, efeito de alavanca, transparência e supervisão, conforme alterado (“Regulamento Delegado n.º 231/2013”).

Adicionalmente, a Política procura acolher as melhores práticas em matéria de gestão de liquidez, atendendo, nomeadamente às seguintes fontes de natureza recomendatória: Orientações da IOSCO¹ sobre a aplicação efetiva das recomendações relativas à gestão do risco de liquidez de OIC, de dezembro de 2023 (FR/15/2023); Orientações da ESMA² sobre testes de esforço de liquidez em OICVM e OIA, de 16 de julho de 2020 (ESMA34-39-897); Recomendações da IOSCO relativas a gestão do risco de liquidez de OIC, de fevereiro de 2018 (FR01/2018); e Boas práticas e questões a ter em conta da IOSCO sobre liquidez e gestão de riscos de fundos abertos, de fevereiro de 2018 (FR02/2018).

3. Princípios

A Política é conformada através dos princípios seguidamente enunciados.

3.1 Coerência da gestão de liquidez do OIC

O processo de gestão do risco de liquidez deve ser estabelecido em termos proporcionais à dimensão e natureza de cada OIC e deve poder ser eficaz em condições de mercado variadas. Nos casos em que um organismo de investimento coletivo seja suscetível de estar sujeito a um risco agravado de liquidez, a **sociedade gestora** deve elaborar e executar um processo de gestão do risco de liquidez mais rigoroso.

A SAM toma em devida consideração a liquidez dos tipos de ativos em que o OIC investe, com um nível de granularidade adequado, e procura assegurar que, atenta a carteira do OIC no seu conjunto, esses ativos são coerentes com a capacidade do OIC para cumprir as suas obrigações de resgate ou outras responsabilidades.

Se as obrigações de resgate não puderem ser cumpridas numa determinada situação, esta deve ser gerida pela **sociedade gestora** de forma prudente e ordenada, no exclusivo interesse dos participantes do OIC.

3.2 Adequação dos mecanismos de gestão de liquidez do OIC

A **sociedade gestora** deve selecionar e utilizar os mecanismos de gestão de liquidez que sejam adequados ao OIC em face da respetiva política de investimentos, perfil de liquidez e política de resgate.

Em particular, a **sociedade gestora** deve considerar a adequação dos mecanismos de gestão de liquidez para o OIC tendo em conta a natureza dos ativos detidos por este e a sua base de investidores.

Se for o caso, a avaliação dos mecanismos de gestão de liquidez adequados e eficazes deve implicar a consideração do cenário específico que conduziu às condições de tensão do mercado e a expectativa que **sociedade gestora** tem sobre o tempo necessário para liquidar ativos do OIC,

¹ International Organization of Securities Commissions (“IOSCO”).

² European Securities and Market Authority (“ESMA”).

nomeadamente com vista a repor a necessária liquidez do OIC, bem como a satisfazer os possíveis pedidos de resgate.

3.3 Gestão sã e prudente do OIC

A **sociedade gestora** delineou a presente Política tendo em vista garantir uma gestão sã e prudente do OIC, assegurando que (i) atua no exclusivo interesse dos participantes e da integridade do mercado, (ii) exerce a sua atividade com honestidade e equidade e (iii) atua com elevado grau de competência, cuidado e diligência.

3.4 Atualidade e coerência

A **sociedade gestora** compromete-se a manter atualizada a informação relativa à presente Política e ao seu cumprimento. As informações divulgadas nos documentos constitutivos do OIC gerido pela **SAM** não devem contradizer as informações divulgadas nos termos da presente Política, devendo ser complementares à mesma.

II. Mecanismos de gestão de liquidez do OIC

Os mecanismos de gestão de liquidez são instrumentos que auxiliam os organismos de investimento coletivo e as respetivas sociedades gestoras a gerir de forma adequada e eficaz os pedidos de resgate em qualquer circunstância e, sobretudo, em condições de tensão no mercado. Estes mecanismos incluem medidas *ex-post*, tais como suspensões de resgates ou resgates diferidos (por exemplo, janelas de regastes, períodos de pré-aviso para resgate, prorrogação de períodos de pré-aviso) e medidas *ex-ante*, nomeadamente a afetação dos custos de negociação aos investidores que subscrevem ou resgatam unidades de participações ou ações (por exemplo, *swing pricing*, *dual pricing*, quotizações antidiluição).

4. Mecanismos de gestão de liquidez selecionados para o OIC

A **sociedade gestora** selecionou para o OIC, no interesse dos investidores, os seguintes mecanismos de gestão de liquidez que adota obrigatoriamente:

(A) Comissão de resgate

Montante pago ao OIC pelos participantes aquando do resgate de unidades de participação e que garante que os participantes que permanecerem no OIC não sejam injustamente prejudicados

Será cobrada uma comissão de resgate de acordo com o tempo decorrido entre a data do pagamento do resgate e a data da subscrição: i. até 180 dias – comissão de 2% ii. entre 180 dias e 365 dias – comissão de 1% iii. mais de 365 dias- isento de comissão.

Existe uma isenção de comissão de resgate válida para todas as entidades que, no âmbito exclusivo de contratos para cobertura de risco de produtos financeiros ligados à performance deste fundo de investimento, façam a gestão desse risco de mercado decorrente do contrato através da subscrição e resgate de unidades de participação deste fundo.

O critério de seleção das unidades de participação objeto de resgate em função da antiguidade da subscrição, é o «FIFO», ou seja, as primeiras unidades subscritas são as primeiras a serem resgatadas.

À comissão de resgate acresce imposto do selo à taxa legal aplicável.

(B) Período de pré-aviso para resgate

Período de notificação prévia que os participantes do OIC devem observar para poderem resgatar os seus investimentos.

A liquidação dos pedidos de resgate concretizar-se-á no dia 20 (ou dia útil seguinte), do segundo ou do terceiro mês subsequente ao do pedido de resgate, consoante o mesmo tenha sido apresentado antes ou após o dia 20 (ou dia útil anterior) de cada mês.

Deste modo, entre o pedido de resgate e o crédito do produto do resgate nas contas dos clientes junto das entidades colocadoras, poderão decorrer, no mínimo 2 meses e no máximo 3 meses.

Os pagamentos feitos aos subscritores serão efetuados por crédito das respetivas contas junto das entidades colocadoras.

Por questões operacionais relacionadas com o tipo de investimentos do OIA, durante o período que medeia entre a data de determinação do valor da unidade de participação para efeitos de resgate e o crédito do produto do resgate nas contas dos participantes, não haverá remuneração do montante em causa, o que poderá corresponder sensivelmente a um mês. Esta situação decorre da própria operativa de desinvestimento promovida pelos Hedge Funds e Fundos de Hedge Funds em que o fundo investe, conforme a prática deste mercado.

Os termos e condições de recurso aos mecanismos de gestão de liquidez selecionados para o OIC pela **sociedade gestora** encontram-se igualmente previstos nos respetivos documentos constitutivos, nomeadamente no Documento Único (prospeto e regulamento de gestão).

5. Mecanismos de gestão de liquidez do OIC de utilização exclusiva em circunstâncias excecionais

Suspensão das operações de subscrição e resgate

A **sociedade gestora** pode decidir, em circunstâncias excecionais e no interesse dos participantes, a suspensão de operações de subscrição e resgate. No Documento Único (Prospeto e Regulamento de Gestão) do OIC são fixados os termos e condições da suspensão.

A suspensão das operações de resgate pode ocorrer quando estejam esgotados os meios líquidos detidos pelo OIC e o recurso ao endividamento, quando os pedidos de resgate excederem, num período não superior a 5 (cinco) dias, 10% do valor líquido global do OIC.

Nesta hipótese, a suspensão do resgate não determina a suspensão simultânea da subscrição, podendo esta apenas efetuar-se após obtenção de declaração do participante, por escrito ou noutro suporte de idêntica fiabilidade, de que tomou conhecimento prévio da suspensão do resgate.

A suspensão das operações de subscrição ou de resgate pode ocorrer noutras circunstâncias excecionais, desde que obtido o acordo do depositário.

A suspensão da subscrição ou do resgate não abrange os pedidos que tenham sido apresentados até ao fim do dia anterior ao da tomada de decisão.

6. Reforço dos mecanismos de gestão de liquidez do OIC

A **sociedade gestora** reconhece que, em face da conjuntura económica ou da situação específica do OIC, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”) poderá, em relação ao OIC, exigir o reforço dos seus mecanismos de gestão de liquidez, incluindo os seus montantes mínimos de liquidez.

III. Ativação e desativação dos mecanismos de gestão de liquidez

7. Critérios gerais

A ativação dos mecanismos de gestão da liquidez, com o objetivo de assegurar a gestão contínua da liquidez do OIC, deve respeitar os seguintes critérios gerais:

(A) Condições de ativação/desativação

A utilização de um mecanismo de gestão de liquidez que afete os direitos de regate dos investidores do OIC, como seja, a suspensão de operações de subscrição e de resgate, apenas se justifica em circunstâncias excecionais. Em geral, estes mecanismos de gestão de liquidez devem ser utilizados com moderação e ter um carácter temporário. A sua utilização poderá suceder, nomeadamente na hipótese de ser difícil ou impossível efetuar uma avaliação justa e rigorosa dos ativos em que o OIC investe (por exemplo, devido à falta de liquidez no mercado) e na hipótese de os pedidos de resgate serem tão elevados/excecionais que a liquidez não pode ser obtida nos prazos necessários para satisfazer os pedidos.

Nos demais casos, será admissível a utilização de mecanismos de gestão de liquidez selecionados pela **sociedade gestora** como parte da gestão diária do risco de liquidez do OIC, na condição de a sua possível utilização ter sido igualmente indicada no Documento Único (Prospecto e/ou Regulamento de Gestão).

A ativação ou desativação dos mecanismos de gestão de liquidez serão divulgados por Aviso publicado pela sociedade gestora no sistema de difusão da CMVM (www.cmvm.pt) e na página institucional da internet da **sociedade gestora** e nos demais lugares de comercialização.

(B) Exclusivo interesse dos investidores

A utilização de qualquer mecanismo de gestão de liquidez deve ser feita no exclusivo interesse dos participantes do OIC no seu conjunto. A **sociedade gestora** só deve recorrer a mecanismos de gestão de liquidez do OIC quando tal for do interesse dos seus participantes e quando for possível manter um tratamento justo e equitativo dos participantes.

8. Critérios específicos

A ativação de um mecanismo de gestão de liquidez para o OIC depende ainda da verificação das condições específicas que tiverem sido fixadas nos respetivos documentos constitutivos, nomeadamente no Documento Único, incluindo, se aplicável, de limiares de ativação para a sua aplicação.

A desativação de um mecanismo de gestão de liquidez do OIC tem lugar quando deixarem de estar verificados os pressupostos que motivaram a sua ativação em face do estabelecido no Documento Único do OIC e na presente Política.

9. Competência

A responsabilidade para decidir sobre a ativação e desativação de qualquer mecanismo de gestão de liquidez pertence ao órgão de administração da **sociedade gestora** podendo o Responsável pela função de Gestão de Riscos dirigir recomendações ao órgão de administração sobre esta matéria.

O Responsável pela função de Gestão de Riscos deve ter uma compreensão informada ou dados fidedignos sobre todos os aspetos relevantes do OIC sob gestão da Sociedade Gestora para fundamentar as suas recomendações sobre esta matéria.

As decisões tomadas sobre a ativação e desativação de mecanismos de gestão de liquidez do OIC e a respetiva fundamentação devem ser devidamente documentadas.

10. Capacidade operacional

A **SAM** compromete-se a assegurar a capacidade operacional para a ativação e a desativação de mecanismos de gestão de liquidez do OIC, de forma transparente, equitativa e ordenada e no melhor interesse dos investidores.

11. Deveres de informação

A **sociedade gestora** comunica de imediato à CMVM a suspensão de subscrições ou resgates.

Caso se verifique a suspensão de operações de subscrição e resgate, a **sociedade gestora** divulga de imediato um aviso, em todos os locais e meios utilizados para a comercialização e divulgação do valor das unidades de participação (incluindo no Sistema de Difusão de Informação da CMVM) no qual indica os motivos da suspensão e a sua duração.

A CMVM pode alterar, nos dois dias seguintes à receção da comunicação da **sociedade gestora**, o prazo aplicável à suspensão de operações de subscrição ou resgate, caso tal prazo não seja adequado face às circunstâncias excecionais que motivaram a decisão de suspensão pela **SAM**.

Nos demais casos, a **sociedade gestora** comunica imediatamente à CMVM sempre que ativar ou desativar qualquer outro mecanismo de gestão da liquidez de uma forma que não se enquadre no decurso normal das atividades centrais previstas no Documento Único (Prospecto/Regulamento de Gestão) do OIC.

IV. Impacto da Política na governação em geral

12. Aprovação pelo órgão de administração

A competência para a aprovação e revisão da presente Política é do Conselho de Administração da **SAM**. Deste modo, a **sociedade gestora** assegura a plena integração da presente Política no seu sistema de governação.

13. Articulação com o sistema de gestão do risco de liquidez

A **sociedade gestora** assegura que os mecanismos de gestão de liquidez estão devidamente integrados e incorporados no quadro da gestão do risco de liquidez do OIC, com respeito pelo disposto na legislação em vigor, em particular no artigo 125.º do RGA, nos artigos 46.º a 49.º do Regulamento Delegado n.º 231/2013, e de um modo global, no sistema de gestão de riscos implementado para o OIC.

Em especial, a **sociedade gestora** acompanha ativamente a liquidez dos ativos e as atividades de resgate dos investidores, dispondo simultaneamente de um processo de gestão do risco de liquidez que lhe permite adaptar de forma contínua às alterações do mercado e do comportamento dos investidores.

Com periodicidade trimestral, são efetuados testes de esforço que analisam cenários hipotéticos em que a **sociedade gestora** seja obrigada a aplicar mecanismos de gestão da liquidez, que identifiquem situações em que tal possa ocorrer e que analisem as consequências de operar nessas situações.

V. Conflito de interesses

A **sociedade gestora**, no desenvolvimento da sua atividade de gestão de OIC, atua sempre no interesse exclusivo dos participantes. A **sociedade gestora** tem em vigor mecanismos aptos a minimizar e detetar possíveis conflitos de interesses e atua de modo a evitar e reduzir ao mínimo o risco da sua ocorrência e de que sejam gerados efeitos contrários ao interesse exclusivo dos participantes.

O responsável pela Função de *Compliance* encarrega-se de avaliar possíveis fontes de conflitos de interesses e assegura-se que na seleção e utilização dos mecanismos de gestão de liquidez, é respeitada a primazia do interesse dos participantes.

A **sociedade gestora** dispõe ainda de uma Política de Conflitos de Interesses que estabelece os procedimentos e medidas a adotar para a identificação e gestão de conflitos de interesses.

Para detalhes sobre a Política de Conflito e Interesses consultar:

<https://www.santander.pt/institucional/empresas-do-grupo/santander-asset-management/politicas>

VI. Conservação de documentos

A **SAM** mantém registos de todos os procedimentos e elementos recolhidos para dar cumprimento aos deveres legais e regulamentares que sobre a mesma impendem relativas ao âmbito da presente Política.

Os documentos, evidências e outros elementos sujeitos ao dever de conservação são mantidos pelo prazo de sete anos, em cumprimento do artigo 51.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto.

A conservação de tais documentos e elementos será feita preferencialmente em suporte informático nas bases de dados da **sociedade gestora**, sendo referenciados em função da sua data e do dever relevante.

É assegurado o cumprimento das normas relevantes em matéria de proteção de dados e, bem assim, a confidencialidade de determinados elementos quando legalmente imposta.

VII. Disposições finais

14. Aprovação, fiscalização e revisão

A presente Política foi aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de junho de 2026, data em que entrou em vigor.

A Política é revista regularmente, pelo menos anualmente, em função da experiência decorrente da sua aplicação e de eventuais alterações legislativas, cabendo ao Departamento de Riscos & Compliance a apresentação de propostas de revisão ao órgão de administração.

15. Publicação

A presente Política encontra-se disponível para consulta no sítio da internet da SAM, em <https://www.santander.pt/institucional/empresas-do-grupo/santander-asset-management/politicas>

O Documento Único (Prospecto / Regulamento de Gestão) do OIC, que estabelece nomeadamente os termos e condições dos mecanismos de gestão de liquidez selecionados / do mecanismo de gestão de liquidez selecionado para o OIC encontram-se disponíveis para consulta no Sistema de Difusão de Informação da CMVM, em www.cmvm.pt.

16. Controlo de Versões

Versão	Área responsável	Descrição	Comité aprovação	Data aprovação
1	Dep. Riscos & Compliance	Aprovação da Política	Conselho de Administração SAM	26.06.2024

INFORMAÇÕES AOS DESTINATÁRIOS: As informações contidas no documento podem ser confidenciais, legalmente privilegiadas, ou ter de outra forma protegida a sua divulgação, sendo exclusivamente para o uso do(s) seu(s) destinatário(s). Este documento foi preparado pela Santander Asset Management, SGOIC, S.A., com sede na Rua da Mesquita, n.º 6 – 1070-238 Lisboa – Portugal - Tel: 210524000. Capital Social: € 1.167.358,00 – NUIPC: 502 330 597.

A Santander Asset Management, SGOIC, S.A., não assegura que toda a informação esteja correta ou completa e não deve ser tomada como tal.

Todas as remissões e referências legais constituem enquadramento válido na presente data e estão sujeitas a alterações. A descrição do regime legal contida no documento, não dispensa a consulta da legislação em vigor sobre a matéria, nem constitui garantia de que tal informação se mantenha inalterada.

A Santander Asset Management, SGOIC, S.A. pode alterar o documento a qualquer momento.

Este documento não pode ser reproduzido, distribuído ou publicado por qualquer destinatário para qualquer fim.

A Santander Asset Management, SGOIC, S.A. encontra-se registada na CMVM e está autorizada a exercer a atividade de intermediação financeira.

Informações disponíveis na área institucional do site do Banco Santander Totta, S.A, Investor Relations - Santander Asset Management - www.santander.pt

© Santander Asset Management, SGOIC, S.A.. - Todos os direitos reservados.